



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

EXCELENTÍSSIMO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NUNES MARQUES, EMINENTE RELATOR DA MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.309,

Impetrante: **Silvinei Vasques**

Impetrado: **Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional dos Atos de 8 de Janeiro – “CPMI – 8 de Janeiro”**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO CONGRESSO NACIONAL DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO “CPMI – 8 DE JANEIRO”, por meio da Advocacia do Senado Federal, *ex vi* dos artigos 31, 80 e 205¹ do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 10 de novembro de 1972, com última consolidação nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 8 de novembro de 2022, (RISTF), haja vista a v. decisão monocrática adotada nestes autos e publicada ontem, 4 de outubro de 2023 (**peça 22, id. 1f74fa80**), em vem a Vossa Excelência aviar

AGRAVO REGIMENTAL COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DE EFEITO SUSPENSIVO.

¹ À Advocacia do Senado Federal (...) compete (...) atuar em juízo na defesa das prerrogativas do Senado Federal e do Congresso Nacional (...).



I. JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO

1. Preliminarmente, à luz do disposto no § 2º do artigo 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), pede-se que a v. decisão monocrática seja reconsiderada e revogada “in totum” de imediato, nos termos da fundamentação abaixo estruturada, em especial o real e iminente risco de esgotamento do objeto da impetração, vedado na jurisprudência desta E. Corte², já que a sessão de julgamento para referendar ou não a liminar agravada, foi programada para o período de 20 a 27 de outubro³, quando o relatório final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Atos do Dia 8 de Janeiro, já vai estar concluído, como atesta a certidão anexa, com o seguinte teor:

(...).

Na condição de Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito certifico que a próxima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo RQN 1/2023 e destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, ocorrerá no dia 17 de outubro de 2023, às 9 horas, para (i)

² “E.g.”, “vide” SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Questão de Ordem na Petição nº 2835**. Rel. Celso de Mello, Segunda Turma, j. 26 nov. 2002, p. DJ, 11 abr. 2003, p. 38, Ement Vol-02106-02, p. 227, RTJ Vol-00191-02, p. 483).

³ O julgamento virtual da v. decisão monocrática recorrida foi incluído na Lista 381-2023.NM, agendada para o período de 20 de outubro de 2023 a 27 de outubro de 2023, conforme publicado no Pauta publicada DJe-2ª Turma, 5 outubro de 2023.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

apresentação do relatório final e abertura da discussão; (ii) apresentação de voto em separado; e (iii) deliberação do relatório final. Ainda, de acordo com esclarecimentos prestados pelo Presidente na última reunião do colegiado, certifico que, se houver pedido de vista, a deliberação do relatório final será concluída no dia seguinte, ou seja, em 18 de outubro de 2023. Aprovado o relatório final, a comissão encerra seus trabalhos na forma do art. 76, I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional. E, por nada mais constar, eu Leandro Augusto de Araujo Cunha Teixeira Bueno, Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, Matrícula 232868, lavrei em uma via a presente certidão, que dato e assino. (...). (**doc1**).

2. Vê-se, pois, que a liminar, em juízo exauriente, sem o decurso dos expedientes inerentes ao devido processo legal, impede que questão da mais relevada ordem pública a interferir com a incolumidade do regime constitucional e imputado ao impetrante seja esquadrihado pela Comissão Parlamentar de Inquérito impetrado, “ex vi” do comando constitucional do § 3º do artigo 58 da Constituição da República.

3. Nota-se, que os atos emanados do Poder Público, em especial de órgãos da envergadura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, gozam de presunção de constitucionalidade, de legitimidade e de veracidade, de forma que, entre a possibilidade reversível de o impetrante ser indiciado no relatório final



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

da Comissão Parlamentar de Inquérito à luz de fatos potencialmente comprometedores de sua conduta obtidos por meio da transferência de dados de sua esfera de sigilo vergastada na impetração, e a elisão irreversível de correspondente poder investigativo conferido à CPI pela Constituição da República, a única solução possível à luz do direito é esta última alternativa, ao passo que a v. decisão agravada, talvez por falta dos devidos esclarecimentos, sufraga a solução oposta.

4. Portanto, ante à exiguidade do prazo de funcionamento da CPIs e da inexorável interdição que se impõe às investigações legislativas em curso, pede-se que a v. decisão seja reconsiderada e reformada, para que se mantenha as transferências de dados sigilosos impugnada na impetração, sem prejuízo de que venham a ser decotados posteriormente, se a C. Segunda Turma ou o Plenário deste E. Supremo Tribunal Federal glosarem, em sede de tutela exauriente e definitiva, os requerimentos apontados como coação.

5. Sucessivamente, na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração, requer-se que este recurso de agravo e o “referendum” da liminar sejam submetido ao colegiado competente **de imediato**, haja vista o disposto no § 4º do artigo 7º da Lei nº 12.016⁵, de 7 de agosto de 2009 e a exiguidade do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito impetrada, já em fase final dos trabalhos, com apresentação de relatório final do

⁴ Art. 7º (...).

§ 4º Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento.

⁵ “Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.”



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

inquérito parlamentar será apresentado em 17 de outubro de 2023 e deliberado em 18 de outubro de 2023, o que denota prejuízos inexoráveis às investigações legislativas em curso e a progressiva irreversibilidade da medida liminar agravada.

II. RAZÕES DO AGRAVO

II.I. A CONTROVÉRSIA A PARTIR DA NARRATIVA EXORDIAL

1. De acordo com o Requerimento nº 1045/2023 – CPMI8, de 20 de junho de 2023, da autoria do Deputado Rogério Correia, pleiteou-se a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor SILVINEI VASQUES, ora impetrante, tendo tal pretensão sido aprovada em 11 de julho de 2023.
2. Em razão disso, o ora agravado impetrou mandado de segurança sustentando, em suma, a existência de direito líquido e certo quanto à preservação do seu direito à intimidade e à vida privada, ameaçados em razão da aprovação do requerimento de quebra dos seus sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático.
3. Em vista disso, requereu a concessão de medida liminar para suspender a quebra ou transferência dos citados sigilos, bem como a confirmação, no mérito, da medida liminar pleiteada.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

4. Em 26 de setembro de 2023, o Ministro Relator deferiu a liminar pleiteada nos seguintes termos:

(...).

Em suma, neste exame inicial, entendo que (i) o Requerimento n. 1.045/2023 não está devidamente fundamentado; (ii) não foram especificadas as condutas a serem apuradas mediante a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do impetrante, ou mesmo indicada a utilidade da providência; (iii) o pedido voltado ao fornecimento de listas com informações protegidas por segredo é amplo e genérico, podendo atingir terceiros que não são investigados; (iv) não há situação concreta relacionada ao impetrante que legitime a suspeita de que ele teria cometido ilícitos ligados aos eventos de 8 de janeiro último; (v) a tese segundo a qual a quebra dos sigilos do autor é necessária para a CPMI “desvelar eventuais informações imprescindíveis para a responsabilização geral dos atos” de 8 de janeiro, por ser embasada em premissa genérica e abstrata, não pode ser acatada; e (vi) não se logrou externar a conexão supostamente existente entre os dados do impetrante que se pretende reunir e a investigação em curso na CPMI.

3. Do exposto, com fundamento na primeira parte do inciso III do art. 7º da Lei n. 12.016/2009, defiro a liminar, em ordem a suspender os efeitos da deliberação, havida no âmbito da assim chamada Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro, mediante a qual determinada a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático do impetrante.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

4. Intime-se, com urgência.
5. Dê-se vista à Procuradoria-Geral da República, para emissão de parecer.
6. Intime-se. Publique-se.
- (...).

5. Não obstante a substancial decisão de Vossa Excelência – como de costume –, divergimos, *data maxima venia*, em relação à sua conclusão, de modo que nos cabe aviar este agravo regimental para, à luz dos esclarecimentos aduzidos nestas razões, promover-se a reforma a respeitável decisão monocrática ou se adotar medida que não subtraia prerrogativas constitucionais da Comissão Parlamentar de Inquérito.

II.II. TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

6. Nos termos do artigo 317 do Regimento Interno deste Egrégio Supremo Tribunal Federal – RISTF, caberá agravo regimental, no prazo de 5 (cinco dias), de decisão do Presidente do Tribunal, de Presidente de Turma ou do Relator, que causar prejuízo ao direito da parte.

7. O recurso é cabível e há legitimidade ativa para a irrisignação por parte do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional dos Atos de 8 de Janeiro “CPMI – 8 de Janeiro”.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

8. No tocante aos pressupostos extrínsecos, verifica-se a observância do prazo de 5 (cinco) dias. O Impetrado ainda não foi intimado da decisão. No entanto, nos termos do artigo 218, § 4º, do Código de Processo Civil, será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

No caso em estudo, encontram-se presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, de modo que, sendo tempestivo e cabível, este agravo deve ser admitido, processado e, ao final, provido em todos os seus termos.

II.III. REGIME CONSTITUCIONAL DAS CPIs

1. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituição de perfil constitucional, ínsita ao regime democrático, tem fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição da República de 1988. *Verbis*:

Art. 58. (...)

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (...).

⁶ A Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

2. Sabe-se que o Parlamento desempenha funções inerentes à democracia, em especial **1)** a representação política da soberania popular; **2)** a formulação de leis, inclusive políticas públicas e **3)** a fiscalização do Poder Executivo e do *enforcement* da ordem jurídica estruturada a partir da Constituição da República.

3. Conforme muito bem descrito pela Suprema Corte em *Watkins vs. Estados Unidos*, o poder investigativo do Parlamento

(...) engloba inquéritos relativos à administração de leis existentes, bem como estatutos propostos ou possivelmente necessários. **Inclui pesquisas de defeitos em nosso sistema social, econômico ou político com o objetivo de permitir que o Congresso os remedie.** Compreende investigações em órgãos do Governo Federal para expor corrupção, ineficiência ou desperdício.⁷ (Grifos próprios).

4. O inquérito parlamentar constitui garantia fundamental inerente à função fiscalizatória do Poder Legislativo, a qual o povo exerce por meio de representantes eleitos, para garantir a efetividade e o aperfeiçoamento democrático da ordem jurídica.

5. Por isso, não se trata de investigar indivíduos, mas, à luz do § 3º do artigo 3º da Carta Política, para se escrutinar(em) fato(s) determinado(s)

⁷ Disponível em: <https://www.oyez.org/cases/1956/261>. Acesso em 24/10/2021.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

politicamente relevantes, para fins de aperfeiçoamento da estruturação e do funcionamento da ordem constitucional republicana.

6. Daí porque, com absoluta precisão, asseverou o Ministro Edson Fachin, ao julgar o Mandado de Segurança (MS) nº 33.751/DF:

(...) além da função contra majoritária fiscalizatória do Poder Executivo, reiteradamente assentada por esta Corte, as CPIs figuram como instrumento essencial das atividades parlamentares como um todo, na medida em que objetivam "reunir dados e informações para o exercício das funções constitucionais conferidas ao Parlamento" (FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Conflito entre poderes*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. p. 174), de forma que viabilizam a atividade parlamentar em sua plenitude. Em outras palavras, incumbe às Comissões em apreço não apenas as atividades de fiscalização. As CPIs também têm como horizonte instrumentalizar a atividade legiferante do Parlamento, a avaliação da conveniência de alocação de recursos e de financiamento de políticas públicas etc. Nesse cenário, é natural que se confira às CPIs ampla autonomia para o exercício do relevante múnus. (...) Há, portanto, espaço para que o Parlamento se movimente com certa discricionariedade nos quadrantes das diversas possíveis linhas investigativas a serem traçadas. (...) o âmbito de atuação da CPI deve ser compreendido não apenas a partir do destinatário subjetivo da apuração, mas, sobretudo, do âmbito material de investigação à luz das funções essenciais



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

conferidas pela CF ao Congresso Nacional. (...) Como se nota, atos praticados na esfera privada não são imunes à investigação parlamentar, desde que evidenciada a presença de interesse público potencial em tal proceder. Sendo assim, mais que sustentáculo da responsabilização civil ou criminal, a apuração empreendida no contexto das CPIs deve guardar relação instrumental com o conjunto das atividades parlamentares. Ou seja, o que deve ser perquirido, portanto, **é a existência potencial de interesse público no objeto de investigação, sob a perspectiva das competências, no caso concreto, do Senado Federal.**

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 33.751** (voto do rel. p/ o ac. min. Edson Fachin). Primeira Turma, j. 15 dez. 2015, 1ª T, p. *DJE* de 31 mar. 2016, grifos próprios).

7. Assim, a CPI não faz persecução penal, mas investigação em sentido amplo e na medida que for necessária à consecução à função legislativa, inclusive o controle externo da Administração Pública e a sindicância de fatos de notável relevância pública.

8. E, no caso das comissões mistas, como a instalada para investigar os episódios que culminaram com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes da República, o escopo de atuação é amplo e corresponde ao espectro de competências do Congresso Nacional, como se depreende do seguinte excerto de voto do saudoso Ministro Paulo Brossard:



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

(...) A possibilidade de criação de CPI se não duvida, nem discute; é tranqüila; sobre todo e qualquer assunto? Evidentemente, não; mas sobre todos os assuntos de competência da Assembléia; assim, Câmara e Senado podem investigar questões relacionadas com a esfera federal de governo; tudo quanto o Congresso pode regular, cabe-lhe investigar; segundo Bernard Schwartz, o poder investigatório do Congresso se estende a toda a gama dos interesses nacionais a respeito dos quais ele pode legislar, — it may be employed over the Whole range of the national interests concerning which the Congress may legislate or decide, A Commentary on the Constitution of the United Station, 1963, I, n. 42, p. 126. O mesmo vale dizer em relação às CPI's estaduais; seu raio de ação é circunscrito aos interesses do estado; da mesma forma quanto às comissões municipais, que não de limitar-se às questões de competência do município.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 71.039** (voto do relator). Rel. Min. PAULO BROSSARD, Plenário, j. 7 abr. 1994, Plenário, p. DJ de 6 dez. 1996) (Grifos próprios).

9. Portanto, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os atos de 8 de janeiro de 2023, que redundaram na invasão e na depredação das sedes dos Três Poderes da República, criada “ex vi” do Requerimento do Congresso Nacional (CN) nº 1, de 2023, não tem como objetivo final a incriminação de pessoas, mas visa ao fortalecimento da democracia e das demais instituições republicanas, que asseguram a todos os cidadãos a vida, liberdade e



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

a propriedade, condicionada pelos direitos sociais, na forma da Carta Política de 1988.

10. Para se denotar a relevância do inquérito parlamentar em questão, convém, inclusive, reproduzir as seguintes palavras da Presidente do Supremo Tribunal Federal:

(...).

Neste 18 de abril de 2023, completam-se exatos cem dias do 8 de janeiro – o Dia da Infância -, em que milhares de criminosos, movidos por ódio e irracionalidade, atacaram com extremada violência as instalações dos Três Poderes da República.

Naquela triste tarde da nossa história, o prédio-sede desta Casa foi brutalmente invadido e depredado, na tentativa - absolutamente frustrada - de aniquilação da mais alta Corte brasileira, como se a destruição - sem precedentes - da coisa pública pudesse igualmente arruinar os valores constitucionais que o Supremo Tribunal Federal protege e representa.

Não houve um momento sequer, desde o atentado, em que esta Suprema Corte tenha deixado de cumprir a sua missão precípua de guardar a Constituição, demonstrando que esta imprescindível instituição republicana se mantém livre e independente, e que a nossa democracia permanece inabalada e inabalável.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

No discurso que proferi, por ocasião da abertura do ano judiciário de 2023, externei algumas certezas. Do ponto de vista material, todos os danos físicos haveriam de encontrar reparo; pela perspectiva simbólica, os ignóbeis atos praticados contra esta Corte não seriam capazes de macular a dignidade da justiça e seu valor imaterial, e nem teriam aptidão para fazê-lo; sob o aspecto institucional, a organização sócio-política da República permaneceria incólume e ainda sairia da crise fortalecida, com o apoio maciço do povo brasileiro que, repudiando a conduta de uma minoria extremada, desde o primeiro momento demonstrara o seu apreço pela democracia; e, por fim, a respeito da responsabilização dos criminosos, todos os envolvidos em tais ofensas seriam identificados e, respeitado o devido processo legal, punidos de acordo com a lei.

Hoje, com o término das obras de reconstrução e restauro do 2º pavimento, que abriga o Salão Nobre desta Corte - já reinaugurados o andar térreo, no qual localizados o Plenário, o Salão Branco e o Hall dos Bustos, assim como o Gabinete da Presidência, no 3º piso -, destaco integralmente reconstituído o prédio histórico do Supremo Tribunal Federal.

Nesta data, ainda, o início do julgamento das 100 primeiras denúncias oferecidas pelo Procurador-Geral da República, contra os investigados pelos ataques aos Três Poderes da República.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Por ocasião dos cem dias passados desde o oito de janeiro, registro a convicção de que incumbe ao Judiciário preservar a memória institucional, para que aquele terrível episódio, conquanto vencido, não seja esquecido – como condição para que não se repita.

Ministra Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal⁸

9. Ultimada esse contextualização necessária, passa-se ao mérito propriamente dito.

II.IV. A RELATIVIZAÇÃO DO SIGILO DE INVESTIGADOS PERANTE CPIs

10. Conforme mencionado alhures, a Comissão Parlamentar de Inquérito consiste em garantia institucional ao pleno funcionamento do Poder Legislativo dentro dos moldes estabelecidos pelo legislador constitucional originário e em linha com a dinâmica do funcionamento da democracia.

11. A função fiscalizatória afigura-se de especial relevância, sobretudo no tocante à já citada conduta de homens públicos em relação à confiança pública

⁸ Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=505846&ori=1>. Acesso em 23 jun. 2023. Acesso em: 5 out. 2023.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

da sociedade, inclusive para apontar suas falhas e ineficiências que lhe tragam prejuízos de ordem material e imaterial.

12. Neste contexto, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro foi criada com o objetivo de apurar as ações e omissões ocorridas em 8 de Janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília.

13. Conforme consta na justificação do Requerimento nº 1.045/2023, de autoria dos Deputados Rogério Correia e Jandira Feghali, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o ora agravado encontra-se sendo investigado por permitir e incentivar a obstrução de rodovias por caminhoneiros, em atos que questionavam a legitimidade das eleições presidenciais de outubro de 2022, um dos eventos que culminou nos atos do dia 8 de Janeiro, quando o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal foram invadidos e depredados. Veja-se a fundamentação lançada no referido requerimento:

(...).

É cediço que as comissões parlamentares mistas de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, ou seja, não têm o poder de punir quem quer que seja.

No entanto, desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao conhecimento da sociedade ou das autoridades competentes para avaliá-los, segundo as óticas política e jurídica, respectivamente.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Bem por isso a Constituição investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, porquanto atuam em nome do povo soberano do qual são representantes, não sendo possível, por isso mesmo, opor a elas quaisquer limitações no exercício desse importante múnus público, salvo, como é evidente, se vulnerar direitos e garantias fundamentais dos investigados, o que não parece ser o caso, na espécie.

Feita esta brevíssima explanação, convém pontuar que o Senhor Silvinei Vasques é investigado por permitir e incentivar a obstrução de rodovias por caminhoneiros, em atos que questionavam a legitimidade das Eleições 2022, um dos eventos que culminou nos atos golpistas de 8 de Janeiro, quando o PALÁCIO DO PLANALTO, o CONGRESSO NACIONAL e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, sedes dos Três Poderes da República, foram covardemente depredados, gerando um dano patrimonial e cultural inestimável, tendo em vista que algumas obras de arte, retrato da nossa História, sofreram avarias irremediáveis. Nesse sentido, apenas os danos materiais sofridos por este nobre Congresso Nacional foram estipulados, preliminarmente, em R\$ 6.539.100,00, considerando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, conforme levantamento técnico.

[...]

Assim, importa ressaltar que essa tragédia - anunciada, diga-se – somente aconteceu porque houve o auxílio e financiamento para tal. Por óbvio, o apoio de autoridades para o que, ao final, revelou ser



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

uma tentativa de golpe de Estado foi uma escolha deliberada e dolosa daqueles que sistematicamente questionavam os resultados das Eleições e as Instituições Republicanas.

Mais do que os danos materiais, o Senhor Silvinei Vasques é responsável por perpetrar, sob subterfúgio do seu cargo público, atos disruptivos a nossa democracia, construída e consolidada a duras penas por aqueles que dignificam e defendem os valores republicanos, nortes da nação brasileira. Desse modo, o apoio e a complacência com a obstrução de rodovias é apenas um dos pontos de partida dessa rede – estruturada ou não - que agiu em conluio para o ato final ocorrido no trágico 8 de Janeiro.

Assim, a quebra do sigilo do Senhor Silvinei Vasques consigna-se fulcral para que esta CPMI possa investigar e coletar informações pertinentes para desvelar os reais responsáveis pelo 8 de Janeiro de 2023. Isso porque não basta investigarmos apenas aqueles presentes no 8 de Janeiro, mas todos - absolutamente todos - que tiveram algum envolvimento, comissivo ou omissivo, na tentativa - felizmente, fracassada – de disrupção da democracia brasileira.

Nesse cenário, são abundantes, na imprensa, materiais que noticiam ações e omissões que, entre os dias 7 e 8 de janeiro de 2023, milhares de pessoas transportadas em pelo menos 80 ônibus juntaram-se a um acampamento montado, desde o dia da eleição presidencial, junto ao quartel-general do Exército, em Brasília. Pediam uma intervenção militar para derrubar o governo eleito em 30 de outubro de 2022.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Portanto, o requerimento de quebra de sigilo dos dados da Senhor Silvinei Vasques tem o nobre e legítimo objetivo de desvelar eventuais informações imprescindíveis para a responsabilização geral dos ataques, de modo a jogar luz na movimentação dos “bastidores” do 8 de Janeiro. A iniciativa tem caráter fundamental e destaca a importância na transparência e efetividade das investigações, colaborando para que sejam adotadas medidas de responsabilização e prevenção a ataques futuros.

Tal requerimento não é outra coisa senão o endosso à súplica de que a atuação deste Congresso deve ser proativa, para que sejam tomadas medidas energéticas - em respeito aos Princípios Constitucionais, as Instituições e ao Povo Brasileiro - com vistas a informar os órgãos competentes de novas descobertas que possam instruir a responsabilização dos algozes da democracia brasileira.

Insta-se, por fim, que este requerimento está fundamentado, individualizado, e com período determinado, correspondente à investigação de atos e omissões que culminaram na ocorrência do dia 08 de janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, em conformidade com o disposto no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, e na jurisprudência do STF relativa à matéria.

Roga-se, assim, aos nobres pares apoio para aprovação do presente requerimento, de modo a melhor elucidar os fatos envolvendo os atos golpistas de 8 de Janeiro, que foi o ato final de um movimento



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

orquestrado por aqueles que desprezam o Estado Democrático de Direito e, reiteradamente, vilipendiam as nossas instituições.

(...).

14. Mediante fundamentação similar, aliás, o impetrante foi e está preso por decisão deste E. Supremo Tribunal Federal, como exaustivamente publicado na imprensa, como amostra a seguinte reportagem¹²:

Entenda a prisão do Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF

Agente é suspeito de ter cometido os crimes de interferência no dia das eleições, prevaricação e violência política



Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF, foi preso hoje pela PF
Alan Santos/PRF

¹² **ENTENDA** a prisão do Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF. CNN Brasil, São Paulo, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-a-prisao-do-silvinei-vasques-ex-diretor-geral-da-prf/>. Acesso em 5 out. 2023.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

15. Ora, se o Supremo Tribunal Federal deliberou pela idoneidade da prisão do impetrante – medida mais grave – grosso modo pelos mesmos fatos aludidos no Requerimento nº 1045/2023, objeto da impetração, semelhante, por que a mesma Corte censuraria a transferência de dados da esfera do sigilo do impetrante, estritamente necessários ao inquérito parlamentar – medida menos grave?

16. Saliente-se, ademais, que o Supremo Tribunal Federal, ante aos reduzidos graus de formalismo do procedimento investigatório informado com poderes típicos de autoridades judiciais do inquérito parlamentar frente à jurisdição típica, não impõe às CPIs o mesmo rigor ínsito ao processo penal na motivação de seus atos, como denota o seguinte precedente seminal desta C. Segunda Turma:

Ementa: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. COVID-19. QUEBRA DE SIGILO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. MEDIDA INSERIDA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA INVESTIGATÓRIA DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I- As comissões parlamentares de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, quer dizer, não têm o poder de punir quem quer que seja. No entanto, desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao conhecimento da sociedade ou das autoridades competentes para avaliá-los, segundo



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

as óticas política e jurídica, respectivamente. II- Bem por isso a Constituição Federal, no seu art. 58, § 3º, investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, porquanto atuam em nome do povo soberano do qual são representantes, não sendo possível, por isso mesmo, opor a elas quaisquer limitações no exercício desse importante múnus público, salvo, como é evidente, se vulnerarem direitos e garantias fundamentais dos investigados, o que não é o caso, na espécie. III- A reserva de jurisdição, apesar de incidente sobre as hipóteses de busca domiciliar (art. 5º, XI, da CF), de interceptação telefônica (art. 5º, XII, da CF) e de decretação da prisão, salvo a determinada em flagrante delito (art. 5º, LXI, da CF), não se estende às quebras de sigilo – inclusive fiscal e bancário -, por tratar-se de medida abrangida pela Constituição, em seu art. 58, § 3º. **IV- É longo – e continua firme - o entendimento consolidado nesta Corte segundo o qual as comissões parlamentares de inquérito têm como ponto de partida elementos indiciários, longe ficando de revelar, ao primeiro exame, a convicção a respeito de práticas ilícitas de autoridades públicas ou privadas, empreendendo investigações de natureza política, não sendo exigível delas fundamentação exaustiva às diligências que determinam no curso de seus trabalhos, tal como ocorre com as decisões judiciais (vide MS 24749/DF, relator Ministro Marco Aurélio).** V – Para a configuração de ato abusivo apto a embasar a concessão da medida requerida seria preciso ficar inequivocamente demonstrada a falta de pertinência temática entre os atos aqui



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

questionadas e os fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Tal descompasso, contudo, não foi devidamente demonstrado. VI- Agravo regimental a que se nega provimento.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental na Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 37963**. Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. 9 out. 2021, p. DJe-023, 8 fev. 2022, grifos nossos).

17. Por outro lado, os depoimentos colhidos até o momento, somados às informações e aos documentos disponibilizados a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, apontam o possível envolvimento do ora agravado na preparação dos atos do dia 8 de janeiro, havendo indícios de que ocupava posição de destaque na cadeia de comando e que teria participado de maneira decisiva para a deflagração dos atos.

18. Apesar de a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não objetivar a investigação de pessoas, a existência de indícios fortes de que o ora impetrante tenha tido papel relevante nos fatos apurados, como indicado no requerimento, autoriza que se proceda à quebra de seus sigilos.

19. Não é demais trazer à lembrança que quem auxilia ou de qualquer modo concorre para o cometimento de uma conduta ilícita também pode ser responsabilizado, podendo, dependendo da qualidade de sua atuação ser enquadrado como coautor ou partícipe.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

20. Do mesmo modo, quem auxiliou ou de qualquer modo concorreu para ações ou omissões nos atos de 8 de janeiro (objeto da investigação parlamentar) está automaticamente sujeito à investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, bastando, no caso, que o requerimento demonstre indícios da participação desta pessoa para que se evidencie a utilidade do pedido de quebra para o alcance das finalidades da CPMI.

21. Acerca do consignado na decisão monocrática no sentido de que “isso [a quebra de sigilo] não pode ser admitido, sob pena de configurar-se, no meu entender, a prática das “fishing expeditions”.

22. A expressão, cunhada no direito norte-americano para se referir à procura nociva, sem “causa provável”, de alvo definido, finalidade tangível ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade), de elementos capazes de implicar a atribuição de responsabilidade a alguém — no caso, o impetrante, com a devida vênia não se ajusta à espécie, fundamentalmente por duas razões óbvias: **1)** a primeira é que a transferência de sigilo se cingiu a fatos e a período estritamente inseridos no escopo já bem restrito do inquérito parlamentar, que objetiva desvendar as causas dos atentados à democracia do dia 8 de janeiro; **2)** transferências de sigilos do impetrado muito mais abrangentes foram decretados por este E. Supremo Tribunal Federal.

23. Entendemos, com as vênias de estilo, que o entendimento de que se procedeu a “fishing expeditions” desconsidera a diferença, já várias vezes afirmada pelo próprio Supremo Tribunal Federal (como registrado



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

anteriormente), entre investigação parlamentar e investigação criminal, desconsiderando que a quebra de sigilo no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não é endereçada a acusados de crime.

24. Ademais, os direitos fundamentais constituem base estruturante do Estado Democrático de Direito e um dos objetivos fundamentais do constituinte originário de 1988, não sendo, porém, absolutos e sua proteção, para além da esfera de proteção individual em face do Estado e dos demais cidadãos, serve também a um propósito de interesse público.

25. Isso significa que, em situações excepcionais e previamente autorizadas por lei, os direitos fundamentais podem ser relativizados em prol da satisfação de outros direitos ou valores também consagrados pelas sociedades democráticas.

26. É precisamente isso que se verifica no caso dos procedimentos investigativos, tenham eles natureza política ou jurídica. Há situações em que, pela gravidade dos fatos objeto de apuração e pela necessidade da medida, o interesse público justifica a relativização de direitos e garantias fundamentais da intimidade e da vida privada, a exemplo do sigilo de dados bancários e fiscais, das comunicações telefônicas, da correspondência etc.

27. A ponderação entre a preservação dos direitos fundamentais e o interesse público na atividade de investigação deve ser realizada pela autoridade judicial ou, no caso, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem poderes próprios de autoridade judicial. Observadas as condicionantes legais



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

para a relativização desses direitos, é a autoridade competente que deve, em decisão fundamentada, avaliar a necessidade e a proporcionalidade da medida no caso concreto.

28. Sem razão também a ilação de que quebras de sigilo dirigidas às redes sociais do impetrante denotariam que o objetivo da diligência diferiria do objeto da investigação. Tal afirmação dá a entender não ser possível (e mesmo provável) que comunicações de assuntos laborais possam ser feitas por meio de instrumentos particulares, o que claramente contraria qualquer reflexão de senso comum sobre o tema, em especial no contexto desta época pós-pandêmica, em que os mais diversos recursos tecnológicos têm sido utilizados para viabilizar o trabalho à distância.

29. Tampouco pode constituir óbice à decretação da medida o fato de poder haver dados pessoais sigilosos nas comunicações telemáticas porque, caso realmente haja tais dados, eles ainda estarão cobertos pelo sigilo, pois os parlamentares têm o dever de guardar o sigilo dos dados e informações que acessarem por meio das quebras de sigilo, vez que o sigilo não é efetivamente quebrado, mas transferido ao Senado Federal, que deve tomar todas as providências necessárias à sua manutenção.

30. Além disso, ressalte-se que o indiciamento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não exige as formalidades próprias de um indiciamento criminal, o exercício do poder de quebra de sigilo também não exige as formalidades próprias de uma decisão judicial em âmbito criminal.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

31. É por esta diferença que o poder de quebra de sigilo, que inequivocamente tem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pode recair sobre a esfera jurídica de qualquer pessoa sobre a qual se tenha suspeita de participação ou concorrência para a produção de evento configurador do fato determinado que a CPMI esteja investigando. Se é claro que uma CPMI não tem por objetivo investigar pessoas, também é claro que ela pode obter elementos de informação sobre pessoas nas circunstâncias já relatadas como meio para a realização da investigação do fato determinado que motivou sua criação.

32. O requerimento, como se observa, é baseado em fatos públicos e notórios, não sendo destituído de fundamento. Há indícios suficientes para a quebra dos sigilos. Além disso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que o dever de justificação dos atos das CPMIs, embora existente, não se submete ao mesmo rigor formal que os atos do Judiciário, mas, antes, deve ser adaptado às peculiaridades da atividade parlamentar, como já afirmado, o que se corrobora com estes outros precedentes:

CPI - ATO DE CONSTRANGIMENTO - FUNDAMENTAÇÃO. A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida.

(...).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 24.749/DF**. Rel. Min. Marco Aurélio Mello, Plenário, j. 29 set. 2004, p. 5 nov. 2004, grifos nossos).

(...).

Mandado de segurança, contra ato praticado pelo Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito De Roubo de Cargas, consistente no Requerimento n.º 42, destinado à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das Impetrantes, aprovado por unanimidade em 27 de abril de 2001. 2. Informações requisitadas. Cautelar indeferida. 3. Parecer da P.G.R. pela denegação do mandado de segurança. 4. **Constatada e comprovada a necessidade da medida extraordinária. Indícios já existentes nos autos da CPI e de conhecimento daquele órgão.** 5. Alegando-se falta de fundamentação do ato da CPI, o limite de exame da matéria, nesta via, fica circunscrito à verificação de existir, ou não, no decisum parlamentar, apoio em elementos tidos pelo órgão coator como bastantes ao decreto de quebra de sigilo que adotou. 6. Mandado de segurança indeferido.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 24.028/DF**. Rel. Min. Néri da Silveira, Plenário, julgado em 22 nov. 2001, j. 1º mar. 2002, grifos nossos).

CPI - QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E FISCAL - FUNDAMENTAÇÃO. Para ter-se fundamentada a decisão de quebra dos sigilos, considera-se o teor do requerimento,



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

bem como o que exposto, no momento da submissão a voto, aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, **descabendo exigir que o ato conte com a mesma estrutura, com relatório, fundamentação e parte dispositiva, de uma decisão judicial.**

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 23.716.** Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, j. 4 abr. 2001, p. DJ 18 ma. 2001, grifos nossos).

EMENTA: Quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico **por deliberação sucinta mas suficientemente fundamentada de Comissão Parlamentar de Inquérito no uso dos poderes de investigação, próprio das autoridades judiciais, que lhe confere o art. 58, § 3º, da Constituição.** Mandado de segurança indeferido.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 23.556.** Rel. Min. Octavio Gallotti, Plenário, j. 4 set. 2000, p. 7 dez. 2000, grifos nossos).

33. Exige-se, por óbvio, fundamentação, mas cumpre registrar que, pelas características próprias de uma investigação parlamentar, que não é levada a efeito por juízes de direito, a adequada fundamentação não tem que se revestir da forma e estrutura de uma decisão judicial, bastando que conste do teor do requerimento (e das discussões dos parlamentares no momento do voto) a devida fundamentação para que se tenha o ato como hígido e constitucionalmente aceito. Cita-se, por todos, decisão do STF no MS 23.716:



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

(...).

Para ter-se fundamentada a decisão de quebra dos sigilos, considera-se o teor do requerimento, bem como o que exposto, no momento da submissão a voto, aos integrantes da CPI, **descabendo exigir que o ato conte com a mesma estrutura, com relatório, fundamentação e parte dispositiva, de uma decisão judicial.**

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 23.716**. Rel. Min. Marco Aurélio, j. 4-4-2001, p. DJ, 18 mai. 2001, grifos nossos).

34. Tomando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como referência, tem-se que um requerimento que indique razoavelmente o motivo pelo qual se busca a quebra de sigilo de determinada pessoa, demonstrando tal motivo estar ligado ao fato específico que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito procura investigar, cumpre satisfatoriamente a exigência de fundamentação e, assim, consiste em justificativa hábil a supedanear a quebra de sigilo se assim deliberar a CPMI.

35. Portanto, presentes no caso concreto indícios suficientes da participação do Agravado nos fatos investigados e estando a decisão suficientemente fundamentada, conclui-se que a medida se afigura necessária e proporcional, tendo-se como legítima, por conseguinte, a providência



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

excepcional de transferência de sigilo, não se justificando qualquer tipo de censura por parte do Poder Judiciário.

36. Tal entendimento foi o mesmo externado pelo Ministro Alexandre de Moraes, Relator do mandado de segurança nº 37.969 deste Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido liminar de investigado na extinta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, cujo objeto também se tratava de medidas de transferência de sigilo por decisão do colegiado da CPI. Nas palavras do Ministro:

(...)

Dessa maneira, no caso concreto, entendo possível, excepcionalmente, que a CPI determine o afastamento da proteção prevista pelo artigo 5º, incisos X e XII da Constituição Federal, que consagrou a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas; estendendo essa proteção constitucional aos sigilos de dados, que engloba, inclusive, os dados telefônicos e telemáticos; uma vez que os direitos e garantias individuais não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas, tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade política, civil ou penal por atos criminosos, sob pena de desrespeito a um verdadeiro Estado de Direito.

(...).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 70.814-5/SP**. Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ, 24-6-1994).

37. Da mesma forma, foi indeferido por esta C. Segunda Turma o pedido liminar formulado pelo mesmo fundamento fático nos autos do Mandado de Segurança nº 37.970. Veja-se, por oportuno, o voto do Ministro Ricardo Lewandowski sufragado por este D. Colegiado:

(...).

Como já afirmei alhures, o País enfrenta uma calamidade pública sem precedentes, decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus, tendo ultrapassado a lamentável marca de 480 mil mortes. Diante disso, mostram-se legítimas medidas de investigação tomadas por pela Comissão Parlamentar de Inquérito em curso, que tem por fim justamente apurar eventuais falhas e responsabilidades de autoridades públicas ou, até mesmo, de particulares, por ações ou omissões no enfrentamento dessa preocupante crise sanitária, aparentemente ainda longe de terminar.

No caso sob exame, para a configuração de ato abusivo apto a embasar a concessão da cautelar requerida seria preciso ficar inequivocamente demonstrada a falta de pertinência temática entre a medida aqui questionada e os fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Tal descompasso, contudo, a meu sentir, não restou devidamente demonstrado. (...).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental na Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 37970**. Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. 9 out. 2021, p. DJe 8 fev. 2022).

38. A mesma *ratio* que norteou as decisões citadas deve orientar a análise do pedido liminar neste caso, impondo-se a conclusão de que, observados os requisitos legais para a transferência de sigilo, deve ser preservada a decisão do colegiado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro, por seus próprios e razoáveis fundamentos.

39. Afigura-se inegável que um dos pontos de especial interesse da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – e da própria população em geral – está relacionado com a atuação das forças policiais durante o período anterior à eclosão dos lamentáveis atos contra as sedes dos três Poderes da República. Isto fica bem claro na justificação do Requerimento de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

40. No caso do Agravado, o requerimento aponta efetivamente indícios de sua participação nos fatos que se quer investigar, especialmente por ocupar um cargo público de elevada importância na Polícia Rodoviária Federal, havendo necessidade de aprofundamento das investigações em torno da sua atuação “em atos que questionavam a legitimidade das Eleições 2022, um dos eventos que culminou nos atos golpistas de 8 de Janeiro”, conforme exposto no Requerimento de quebra de sigilo.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

41. Nesse diapasão, tem-se que será por meio das informações obtidas – as quais, frise-se, seguirão em caráter sigiloso – que se poderá efetivamente delimitar se a participação do impetrante se deu na prática efetiva das ações e omissões danosas, se apenas ocorreu na forma de ajuste, determinação, instigação, auxílio ou se, apesar dos indícios, não houve conduta relevante.
42. Considerando a conexão com as atribuições de seu cargo, bem como a falta de transparência nessa atuação, sobreleva saber quais foram as suas reais incumbências nesse processo, ante as suspeitas de haver uma estrutura paralela de assessoramento, movida não por critérios técnicos, mas sim por juízos subjetivos e político-ideológicos, não necessariamente alinhados ao melhor interesse da população.
43. Logo, não procede a alegação de que o requerimento está fundamentado genericamente nas atribuições do cargo ocupado pelo impetrante. A toda evidência, há a indicação objetiva dos fatos investigados e da relação destes com o objeto da apuração da CPI, justificando-se a medida decretada.
44. Ressalte-se que uma das principais missões de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é obter informação para fiscalizar o Poder Executivo e aprimorar a legislação. É do interesse da sociedade conhecer as razões por trás das ações ou omissões do ex-chefe da Polícia Rodoviária Federal neste período tão relevante, que podem ou não ter contribuído para a ocorrência dos lamentáveis atos de 8 de janeiro.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

45. Repise-se ainda que a investigação e o escrutínio da conduta de agentes públicos é atividade própria e elementar do Congresso, especialmente para apurar se houve violação da confiança pública neles depositada pela população.

46. E não se diga que isto feriria eventual avaliação da proporcionalidade das medidas de quebra, pois a legitimidade do Poder Legislativo assegura que se os parlamentares que atuam na CPI não estivessem convencidos da necessidade e da proporcionalidade de algum requerimento de quebra de sigilo, com certeza não o aprovariam. Entender o contrário seria admitir a existência a priori de uma desconfiança sobre a normalidade e seriedade do funcionamento institucional do Poder Legislativo, o que não se admite.

47. Em suma, o requerimento sob exame foi adequadamente aprovado pela Comissão, em observância a todos os parâmetros constitucionais, legais e regimentais. Em outros termos, a avaliação sobre a suficiência da fundamentação e a necessidade da medida foi devidamente enfrentada pelo Plenário da Comissão, motivo pelo qual não se pode promover uma invasão inconstitucional nas atribuições inerentes ao Legislativo, no legítimo exercício de sua função fiscalizadora.

48. Mais uma vez cumpre registrar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já citada no sentido de que investigação parlamentar não é investigação criminal e efetuar tal equiparação, com a máxima vênia, significa desconhecer a diferença entre os institutos, bem como dos precedentes do STF.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

49. Exigir da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito uma atuação nos mesmos moldes do que se exige de uma autoridade policial ou de um juiz de direito, longe de se estar concretizando a Constituição, se está mutilando-a, pois tal situação aniquila o exercício do poder de quebra de sigilos, constitucionalmente outorgado às CPIs, por meio de exigências inadequadas ao funcionamento do Poder Legislativo e que, portanto, serão de difícil ou mesmo de impossível implementação dadas as características ínsitas deste Poder.

II.V. CONTROLE JURISDICIONAL E SEPARAÇÃO DE PODERES

50. A competência privativa do Senado Federal para dispor sobre a própria estrutura organizacional e funcionamento está insculpida no inciso XIII do artigo 52¹³ da Constituição Federal e, desta forma, se encontra imune ao controle de qualquer outro Poder.

51. A discricionariedade política de que goza a Casa Legislativa compreende também a definição de sua estrutura, dentre as quais se insere a regulamentação acerca das normas de funcionamento de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

52. Ocorre que tais regramentos se revestem de caráter exclusivamente normativo decorrente da própria Constituição Federal, constituindo evidente

¹³ Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

matéria *interna corporis*, que expressam a essência da cláusula republicana da separação dos Poderes, e que não sujeita à apreciação por parte do Judiciário.

53. O Supremo Tribunal Federal reiteradamente não tem conhecido de impugnações a questões *interna corporis*: “O fundamento regimental, por ser matéria *interna corporis*, só pode encontrar solução no âmbito do Poder Legislativo, não ficando sujeito à apreciação do Poder Judiciário” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Mandado de Segurança nº 22183/DF. Rel. Min. Marco Aurélio, p. DJ 12 dez.1997).

54. Esse entendimento é pacífico no Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

(...).

Esse Pedido não conhecido quanto ao fundamento regimental de ofensa ao § 1º do art. 145 do RI-SF (indicação, no requerimento, do limite das despesas a serem realizadas pela CPI), por se tratar de matéria *interna corporis* do Poder Legislativo, não sujeita à apreciação pelo Poder Judiciário. Precedente: MS nº 22.503-3-DF.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 22494/DF**. Rel. Min. Maurício Corrêa, j.19 dez. 1996, p. DJ 27 jun. 1997).

55. Por esse motivo, observa-se que o Agravado busca por intermédio de sua demanda a obtenção de algo incompatível com o Estado Democrático de Direito, a saber, o controle das decisões do Senado Federal acerca de sua



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

estruturação interna, consubstanciada nas normas atinentes às CPIs e suas deliberações, que ao seu juízo seriam irregulares e violadoras do seu direito à intimidade e vida privada.

56. E mais, em homenagem ao princípio da independência e harmonia dos Poderes da República brasileira, nos termos do artigo 2º da Constituição Federal¹⁴, a Corte Suprema desautoriza provocações que se configuram em interferência de um Poder à dinâmica de funcionamento de outro Poder, havendo sedimentada jurisprudência nesse sentido, conforme já afirmado acima:

AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONVERTIDOS. SEPARAÇÃO DE PODERES. DECISÃO LIMINAR EM AÇÃO POPULAR QUE SUSPENDE LEI MUNICIPAL QUE EXTINGUE FUNDAÇÃO PÚBLICA. ALEGADO RISCO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. DECISÃO QUE SE FUNDAMENTA NA INTERPRETAÇÃO DE NORMAS REGIMENTAIS. ATOS INTERNA CORPORIS NÃO SUJEITOS, COMO REGRA, À REVISÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. PRINCÍPIO PÉTREO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSIDERAÇÃO DA DIMENSÃO DOS CUSTOS DOS

¹⁴ Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

DIREITOS. NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DEFERENTE DO PODER JUDICIÁRIO EM RELAÇÃO ÀS ESCOLHAS ALOCATIVAS REALIZADAS PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, QUE DETÊM MAIOR CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A MATÉRIA. DECISÃO AGRAVADA QUE APRECIOU A LIDE NOS LIMITES COGNITIVOS PRÓPRIOS DA NATUREZA DO INCIDENTE DE CONTRACAUTELA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE SUSPENSÃO. AGRAVOS INTERNOS DESPROVIDOS. [...] 3. In casu, revelam-se presentes os requisitos para a concessão da suspensão no presente incidente, porquanto a decisão impugnada está em descompasso com **a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, firmada no sentido de ser restrito o controle judicial sobre os atos interna corporis do Poder Legislativo, relacionados à interpretação de regras regimentais que não tenham paralelo claro e expreso na própria Constituição Federal, sob pena de violação ao postulado pétreo da separação de poderes.** 4. A tomada de decisões que promovam a melhor alocação possível de recursos, bem como a definição acerca do modo pela qual serão prestados os serviços públicos, estão na esfera de atribuições da Administração Pública, respeitados os parâmetros constitucionais e orçamentários, cabendo ao Poder Judiciário atuação, em regra, deferente às escolhas alocativas por ela realizadas. 5. A manutenção da decisão impugnada revela o potencial risco à ordem e à economia públicas, porquanto a suspensão dos efeitos da lei municipal que determinou a extinção da fundação pública tem como consectário a paralisação de



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

procedimento de chamamento público para a celebração de parceria para a prestação de serviços de atendimento às crianças e aos adolescentes no Município, além de obstar economia de recursos públicos. 6. Agravos internos desprovidos.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental em Suspensão de Liminar nº 1.456**. Rel. Luiz Fux (Presidente), Tribunal Pleno, j. 4 out. 2021, p. DJe-210, 22 out. 2021, grifos nossos).

Ementa: CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE ATRIBUÍDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. INOCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. IMPOSSIBILIDADE. ASSUNTO INTERNA CORPORIS. SEPARAÇÃO DOS PODERES. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

intromissão política do Judiciário no Legislativo. 2. É pacífica a orientação jurisprudencial desta SUPREMA CORTE no sentido de que, a proteção ao princípio fundamental inserido no art. 2º da CF/1988, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, afasta a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário nas questões de conflitos de interpretação, aplicação e alcance de normas meramente regimentais. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 36.662.** Rel. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 25 out. 2019, p. DJe-243, 7 nov. 2019).

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA PARA O RECONHECIMENTO DA URGÊNCIA. MATÉRIA INTERNA CORPORIS. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. A previsão regimental de um regime de urgência que reduza as formalidades processuais em casos específicos, reconhecidos pela maioria legislativa, não ofende o devido processo legislativo. 2. A adoção do rito de urgência em proposições legislativas é matéria genuinamente interna corporis, não cabendo ao STF adentrar tal seara. Precedente.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

3. Quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas. Precedente. 4. Ação direta julgada improcedente.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.968.** Rel. Edson Fachin, Tribunal Pleno, j. 22 abr. 2022, p. DJe-096, 19 mai. 2022, grifos nossos).

57. Em outras palavras, a interpretação e a aplicação de matéria *interna corporis* não se sujeita ao controle do Poder Judiciário, porquanto inseridas na autonomia assegurada a cada um dos poderes constituídos, de maneira que eventual usurpação das competências internamente fixadas, quando não haja parâmetro constitucional a ser invocado, deve ser resolvida pelos mecanismos internos de controle de cada Poder, sendo vedada a interferência dos demais Poderes.

58. Reitere-se o exposto na peça de Informações prestadas pelo Senado Federal no sentido de que já existem esquemas bem consolidados de controle democrático intrínsecos ao funcionamento das CPIs, sobretudo a dialética entre governo e oposição, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal e pelos normativos internos do Congresso Nacional.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

59. Logo, conclui-se que a avaliação sobre a suficiência da fundamentação e a necessidade da medida foi devidamente enfrentada pelo Plenário da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo o requerimento sob exame sido adequadamente aprovado pelos seus membros, em observância a todos os parâmetros constitucionais, legais e regimentais.

60. Por este motivo, se afigura vedada qualquer invasão inconstitucional nas atribuições inerentes às competências do Poder Legislativo no legítimo exercício de suas funções precípua.

61. Em conclusão, torna-se forçoso o reconhecimento de que a matéria se insere na competência *interna corporis* do Congresso Nacional. Em decorrência disso, por força do princípio da separação de poderes constante do artigo 2º da Constituição Federal, trata-se de matéria absolutamente insindicável a análise por parte do Poder Judiciário.

II.VI. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO

62. Perfectibilizando o comando contido no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 12.016/2009 estabelece o seguinte acerca da conceituação de mandado de segurança:

Art. 1º. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

63. Da leitura do excerto normativo acima depreende-se que o objeto do mandado de segurança consiste na proteção de um direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou por *habeas data*, sob ameaça lesão ou já violado, por ato ilegal ou abusivo cometido por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica nas atribuições do Poder Público.

64. Por direito líquido e certo entende-se aquele que pode ser comprovado de plano, mediante prova documental pré-constituída, sem que se realize qualquer dilação probatória.

65. Assim, o mandado de segurança se afigura remédio constitucional manifestamente residual e somente será cabível nas situações excepcionais previstas em lei.

66. No entanto, a petição inicial do mandado de segurança deixou de trazer documentos que se prestem à efetiva comprovação do suposto direito líquido e certo que o impetrante sustenta ter, qual seja, o direito à intimidade e vida privada, eis que a eventual quebra do sigilo não implicará na imediata publicização de todo o conteúdo, permanecendo este guardado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

67. Logo, há manifesta inadequação da via eleita, pois no caso sob estudo o ponto central reside na verificação acerca da eventual violação dos direitos da pessoa acima referenciados, situação que demanda uma análise aprofundada sobre a questão, de maneira que tal particularidade se mostra incompatível com a via estreita do mandado de segurança.

68. Nesse sentido, observa-se que o caso em exame não reúne as condições da ação, por falta interesse de agir, devendo o feito ser extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

69. Recorde-se que a norma especial do artigo 19 da Lei nº 12.016/09, estabelece que, nessas situações de ausência de direito líquido e certo (ou falta de interesse processual), o requerente não fica impedido de pleitear seus direitos por ação própria.

70. Logo, pleiteia-se com o presente Agravo Regimental a reforma da decisão atacada, com o não conhecimento e extinção do mandado de segurança impetrado, ante o não preenchimento de seus requisitos legais.

II.VII. “PERICULUM IN MORA” E “FUMUS BONI IURIS”: INEXISTÊNCIA

71. Além do alegado no capítulo anterior, tem-se que a concessão de liminar somente pode ser deferida caso estejam presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

72. Como o *fumus boni iuris* se confunde com o próprio mérito da demanda, demonstrou-se acima que o requisito não se verifica na espécie, já que as postulações do impetrante se amparam em fundamentos já rechaçados pela pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme exposto alhures.

73. Ademais, claro está que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os atos de 8 de janeiro tem cumprido o seu múnus constitucional com rigorosa observância dos direitos e garantias fundamentais dos depoentes, e em relação aos dados sigilosos eventualmente recebidos em razão da quebra determinada não seria diferente.

74. Quanto ao *periculum in mora*, observa-se que não há urgência no pedido, uma vez que, tendo em vista os argumentos expendidos *supra*, em caso de quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do impetrante, tais documentações seriam submetidas aos cuidados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a qual se encarregaria de manter absoluta reserva quanto aos dados sensíveis do impetrante.

75. A par disso, repise-se o alegado na peça de Informações já juntada pelo Senado Federal, no sentido de que, em verdade, afigura-se no caso evidente perigo de dano reverso, o que obsta a concessão da medida liminar pleiteada, tendo-se em vista que o impetrante pode fazer uso do período de tempo entre eventual concessão da liminar e sua reforma em decisão final de mérito para



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

ocultar as provas que se busca alcançar com a transferência de sigilo, em flagrante prejuízo aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

76. Assim, requer seja reformada a decisão de deferimento da medida liminar, em razão dos argumentos expostos.

II.VII. EFEITO SUSPENSIVO: TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

77. De acordo com o artigo 317, § 4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, o recurso de agravo regimental, em regra, não terá efeito suspensivo.

78. No entanto, nos termos do artigo 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil, a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do Relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

79. No caso em comento, há risco de dano grave, nos moldes expostos no capítulo anterior, de maneira que dados essenciais ao deslinde da questão que se encontra sendo investigada podem ser deliberadamente apagados e, com isso, não ser possível a elucidação da participação do impetrante nos atos do 8 de janeiro.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

80. No mesmo sentido, restou devidamente comprovada a probabilidade de provimento do presente recurso, conforme exposição realizada nos tópicos anteriores.

III. DOS PEDIDOS

81. Ante o exposto e restando mais do que cristalina a completa ausência de razão ao impetrante – quer quanto à liminar pleiteada, quer quanto ao mérito do *mandamus* –, é a presente para requerer, respeitosamente:

- a) o conhecimento do presente Agravo Regimental, nos com fundamento no artigo 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, artigos 15 e 1.021 do Código de Processo Civil (CPC) instituído pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e no artigo 317 do Regimento Interno deste Egrégio Supremo Tribunal Federal (RISTF);
- b) a reconsideração da decisão agravada, nos termos do artigo 317, § 1º, do RISTF, a fim de reconhecer a impossibilidade da concessão de liminar no caso em tela, ou, sucessivamente, de se extinguir o feito ante o não preenchimento dos requisitos para impetração de mandado de segurança, ou ainda, quanto ao mérito, de indeferir o pleito do impetrante tendo em vista as razões apostas na presente peça recursal; e



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

- c) em caso de ausência de reconsideração, a atribuição de efeito suspensivo ao apelo, nos termos dos artigos 317, § 4º, do RISTF e artigo 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil e imediata submissão do Agravo Regimental ao julgamento da Colenda Segunda Turma do STF, já que, como atesta a certidão anexa (**doc1**), o relatório final da CPMI dos Atos do Dia 8 de Janeiro será deliberado em 18 de outubro de 2023.
- d) no mérito, o provimento do apelo, com o reconhecimento da possibilidade de quebra de sigilo do impetrante, ante os argumentos delineados.

82. Brasília/DF, 5 de outubro de 2023.

[vide assinatura eletrônica]

DANIL PLÁCIDO CAMILO JÚNIOR

Advogado do Senado Federal

OAB/DF nº 31.396

[vide assinatura eletrônica]

EDVALDO DA SILVA FERNANDES

Advogado do Senado Federal

Coordenador do Núcleo de Processos Judiciais

OAB/DF nº 19.233 | OAB/MG nº 94.500



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

URGENTE

III. DOCUMENTO ANEXO

doc1_Certidão-8-2023_COCETI_Encerramento-da-CPMI-8.